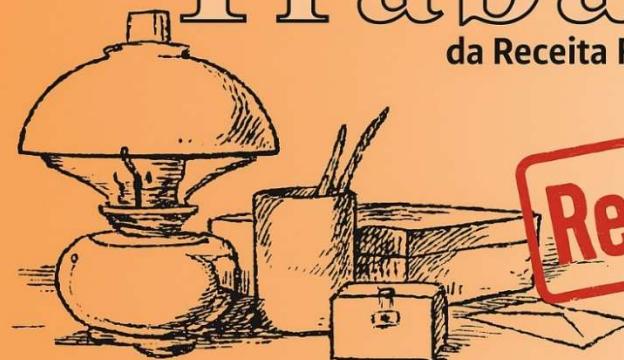


16º Concurso
Histórias
de Trabalho

da Receita Federal do Brasil



Resultado!

Este volume contém os trabalhos contemplados com as primeiras colocações do Concurso e integrará a publicação com os demais trabalhos classificados a ser lançada em 2026.

Boa leitura!

Divisão de Memória Institucional da RFB

Histórias de Trabalho

da Receita Federal do Brasil

Trabalhos Premiados

16^a Edição - 2025



Primeiro Lugar - Prosa:

“Conheça Nossa Aduana”

Reginaldo Pereira de Araújo Sobrinho

Analista Tributário. Ingressou na Receita Federal em 1986, trabalhou por 8 anos na Coordenação Geral de Controle Aduaneiro e por 27 anos na Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília. Especialista em Educação Fiscal e Cidadania. Chefe- substituto da Seção de Comunicação Institucional e Cidadania da SRRF 1ª RF. Representante Regional de Cidadania Fiscal da 1ª RF, como assistente do Gabinete da Superintendência da 1ª RF..



“Conheça Nossa Aduana”

Em 2008, por ocasião da celebração nacional dos 200 anos da abertura das Alfândegas do Brasil para o comércio internacional, a Equipe de Educação Fiscal da Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília planejou e executou um novo projeto de Educação Fiscal denominado “Construindo o Saber”, idealizado para estudantes. A equipe era formada por dois servidores: o auditor-fiscal Onésimo Stafuzza e o analista tributário Reginaldo Pereira de Araújo Sobrinho.

O projeto incluía uma visita guiada às dependências da Alfândega e aos recintos alfandegados do aeroporto, para apresentar os controles aplicados pelo Estado na entrada e saída de pessoas e mercadorias do país. Ao final do passeio pedagógico, os visitantes participavam de uma dinâmica de grupo, na forma de fórum, para conhecer a função socioeconômica dos tributos, refletir sobre o patrimônio público e estimular a cidadania fiscal por meio da participação popular na gestão dos recursos públicos.

Trabalhando com o apoio do Grupo de Educação Fiscal do Distrito Federal e da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da RFB, a Equipe de Educação Fiscal da Alfândega recebeu, no Aeroporto Internacional de Brasília, mais de 1.200 estudantes da rede pública de ensino do DF, nos anos de 2008 e 2009. Turmas de até 30 estudantes e alguns professores eram recebidas semanalmente. Um grande evento de encerramento do projeto 200 Anos da Abertura das Alfândegas foi realizado em novembro de 2008, no Teatro Pedro Calmon, em Brasília, onde foram reunidos 600 estudantes e 40 professores que visitaram a Alfândega durante o ano.

Em 2009, a dinâmica de grupo criada pela Equipe de Educação Fiscal da Alfândega foi melhorada e ganhou o nome “A ILHA”, incorporando técnicas do psicodrama com fins pedagógicos. A dinâmica “mergulha” os participantes na busca de soluções para os problemas de uma situação fictícia, que exige a sobrevivência e o desenvolvimento de uma nova comunidade, com foco no bem comum, e que evolui para o entendimento da necessidade da arrecadação de contribuições para despesas coletivas e do cuidado com a qualidade dos gastos públicos.

A partir de 2008, a Alfândega de Brasília passou a receber estudantes, professores e a sociedade em geral, durante o ano inteiro, até os dias atuais,



como parte integrante do processo de interação com a sociedade, para a promoção da Educação Fiscal. Uma das maiores atrações que uma Alfândega pode oferecer aos visitantes é uma demonstração de trabalho dos cães de faro, conhecidos como agentes K9. Ocorre que, em 2008, a Alfândega de Brasília não possuía agentes K9. Então, buscamos parceria com as companhias aéreas e conseguimos autorização para levar as turmas de estudantes para o interior de aeronaves que estavam em manutenção no pátio.

Entrar nas câmaras refrigeradas do terminal de carga aérea, que, de tão grandes, comportam até caminhões em seu interior, é uma grande atração para os visitantes, mas adentrar em uma imponente aeronave é muito melhor. Assistir a um grupo de estudantes da área rural, que nunca haviam visitado a cidade grande, sentados nas poltronas de um avião a jato é uma experiência emocionante e inesquecível — para nós, da RFB, também.

A visita guiada conduzida pela Alfândega de Brasília chegou ao ápice da excelência quando conseguiu entregar aos visitantes, ao final do evento, um folder em cuja capa constava uma foto colorida da própria turma no pátio, tendo uma aeronave ao fundo. Uma lembrança impressa, recheada de parágrafos lembrando da importância dos tributos para a vida em sociedade, diversas dicas de como participar da melhoria da gestão pública e um jogo de palavras cruzadas que estimulava os jovens ao exercício pleno da cidadania.

Durante a visita, os estudantes eram tratados como passageiros de um voo internacional e recebiam bagagens reais, previamente preparadas pela Equipe de Educação Fiscal. Três malas simulavam situações como excesso nas compras e perda da isenção, mercadorias falsificadas, produtos proibidos, produtos perigosos, alimentos etc. Passavam as bagagens no raio X e recebiam a explicação sobre o tratamento da fiscalização aduaneira para cada uma das situações apresentadas e o destino das mercadorias apreendidas.

Levar milhares de estudantes ao Aeroporto de Brasília só foi possível, também, porque, naquela época, a Receita Federal possuía um quadro de motoristas oficiais e uma frota de ônibus à sua disposição. Só assim foi possível buscar e levar professores e estudantes das regiões mais distantes do Distrito Federal. Um lanche era oferecido aos visitantes, graças ao patrocínio de entidades sindicais representativas dos servidores.

Em 2012, a Receita Federal do Brasil iniciou um processo de nacionalização das ações de Educação Fiscal exitosas, que vinham sendo conduzidas por algumas de suas unidades. A Alfândega de Brasília foi convidada a participar deste esforço nacional, partilhando sua experiência e seus materiais pedagógicos, de modo que a visita guiada às Alfândegas fosse feita de forma simultânea, em todo o território nacional, em datas pré-estabelecidas, com acompanhamento e avaliação nacional.

Foi então criado o projeto “A Receita Federal Convida: Conheça a Nossa Aduana”, patrocinado pela Secretaria Adjunta da Receita Federal, pelo Subsecretário de Arrecadação e Atendimento e pelo Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, tendo como facilitadores a Assessoria de Comunicação da RFB, a Coordenação-Geral de Controle Aduaneiro e todos os Superintendentes Regionais. O gerente do projeto foi o Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal, auditor-fiscal Antônio Henrique Lindemberg Baltazar.

Em sua primeira edição, o projeto contou com a participação de 32 unidades da Receita Federal e foram recebidos 736 visitantes, de todas as 10 Regiões Fiscais. As edições do projeto foram realizadas anualmente até 2019. Após a pandemia da Covid-19, o projeto foi reativado em 2023 com o slogan “Conheça Nossa Aduana”, trabalhado por cada Região Fiscal de forma permanente, sem datas pré-estabelecidas, mas com metas trimestrais.

Em 2024, foram realizadas 162 ações em todo o território nacional, recebendo, nas dependências da Receita Federal, aproximadamente 6.800 cidadãos — em sua grande maioria, estudantes — visitando portos, aeroportos, pontos de fronteira, portos secos e outras unidades. A Alfândega de Brasília realizou, em outubro daquele ano, o maior evento “Conheça Nossa Aduana” da história, que recebeu 330 visitantes no mesmo dia — algo que só foi possível com o esforço conjunto de diversas unidades da RFB, bem como a mobilização de 12 ônibus, com servidores da Força Aérea Brasileira e da Inframérica.

A dinâmica de grupo “A ILHA” passou a compor outros programas de Cidadania Fiscal da Receita Federal e ganhou grande admiração no sistema educacional brasileiro. Tal atividade compõe atualmente o conjunto de materiais didáticos que a Receita Federal disponibiliza e apresenta aos professores e gestores das unidades educacionais do Brasil, em todos os níveis, como ferramentas de disseminação da função socioeconômica dos

tributos, da importância da Receita Federal para viabilizar o desenvolvimento das políticas públicas e da importância da participação de cada cidadão no acompanhamento da aplicação e preservação dos recursos públicos, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal – NAF passaram a se interessar pela disseminação da Educação Fiscal, e diversos estudantes universitários são atualmente multiplicadores dos conteúdos de Cidadania Fiscal da RFB. Os NAF que aplicam dinâmicas de grupo desenvolvidas pela RFB concorrem a uma premiação na categoria especial Diamante, segundo o Referencial NAF, em seu capítulo sobre a Certificação NAF da Receita Federal.

É bonito assistir à trajetória de ideias que começam simples e ganham uma envergadura nacional e internacional, por meio de um trabalho colaborativo, organizado em rede, reunindo talentos de diversas partes do Brasil para o alcance de objetivos comuns e louváveis.

O que de mais valioso assistimos é o desenvolvimento de um espírito participativo na sociedade e nas instituições. Quando os cidadãos entram em contato com os temas da Cidadania Fiscal, acontece um despertar participativo, que os anima a entender como funcionam as coisas e como apresentar sugestões para que a vida em sociedade melhore.

O Programa “Conheça Nossa Aduana” vai muito além de apresentar os controles aduaneiros. Em sua origem, ele era denominado “Construindo o Saber”, na perspectiva de que o cidadão pode e deve colocar seus talentos a serviço do bem comum. Basta conhecer como a sociedade está organizada, quais são seus direitos e deveres, e igualmente esforçar-se pelo bem comum.

Cada época dispõe dos seus recursos próprios e viáveis. Hoje, algumas Alfândegas no Rio de Janeiro e São Paulo já oferecem a possibilidade de uma visita virtual, por meio de óculos de realidade ampliada.

Mais recentemente, a Alfândega de Brasília conseguiu apresentar a Aduana Brasileira a um público de 1.200 estudantes, em abril de 2025, no Teatro Pedro Calmon, mesmo auditório que, em 2008, foi palco do encerramento do projeto 200 Anos da Abertura das Alfândegas, confirmando a 1ª Região Fiscal como referência nacional do Programa “Conheça Nossa Aduana”. Fotos, vídeos, folders e outros documentos que contam esta bela história estão disponíveis na Intranet da 1ª RF.

Eu trabalhei 27 anos na Alfândega de Brasília e me orgulho de fazer parte desta história. Atualmente, trabalho na Superintendência Regional da 1^a Região Fiscal e coordeno os trabalhos da Rede de Cidadania Fiscal da 1^a RF e da Equipe Inter-Regional do Programa “Conheça Nossa Aduana”.

* * *

Segundo Lugar - Prosa:

Luiz Cláudio Martins Henriques

Auditor-Fiscal/DRF/Uberlândia. Ingressou na Receita Federal em 2006.

Trabalhou na Cotec, na DRF/Franca e, atualmente, exerce a função de Delegado da DRF/Uberlândia.

O dia em que o menino Michael colocou em apuros o Professor Receita

- Oi, Tio, meu nome é Michael e eu tenho uma pergunta para o senhor.
- Muito prazer, Michael! Qual a sua dúvida?
- É a seguinte: quem tem uma casa, tem que pagar um imposto chamado IPTU? É isso mesmo?
 - Sim, Michael, é isso mesmo.
 - E quem aluga uma casa, também tem que pagar esse imposto?
 - Depende de como foi feito o contrato de locação, Michael; mas, de regra, sim, a pessoa que aluga um imóvel também tem que pagar o IPTU, e o valor deste imposto às vezes está embutido no valor mensal do aluguel.



- Obrigado, Professor! Ah, e como se calcula o IPTU?

- Boa pergunta, Michael! De modo simples, o valor do IPTU é o resultado da multiplicação de uma alíquota pelo valor venal do imóvel.

- Não entendi, Tio. O que é alíquota e o que é valor venal?

- Michael, valor venal é o valor de compra e venda do imóvel, apurado de acordo com uma avaliação da prefeitura. E alíquota é um percentual definido em lei, que, no caso do IPTU, dependerá do valor venal do imóvel e se ele é edificado ou não. Ou seja, quanto maior for o valor venal, maior será a alíquota, e se o imóvel for edificado, a alíquota será menor do que se não for. Aqui em Uberlândia, a alíquota do IPTU pode variar de 0,175% até 0,60%.

- Obrigado, Tio! Entendi tudo.

- Continuando a explicação, falaremos agora sobre os tributos estaduais. Ou seja, aqueles que só podem ser estabelecidos pelos Estados ou o Distrito Federal. E, para simplificar, explicaremos apenas um deles: o IPVA, que é o imposto pago por quem tem a propriedade de veículo automotor.

- Oi, Tio, sou eu de novo.

- Pois não, Michael, qual sua dúvida agora?

- É a seguinte: quem tem um carro popular também tem que pagar imposto?

- Sim, Michael, quem tem um carro popular, todo início de ano, tem que pagar o IPVA.

- E como é calculado o valor deste imposto? - Você aplica uma alíquota, que normalmente varia de 1% a 4%, sobre o valor venal do veículo.

- Ah, entendi. Esse é um processo parecido com o cálculo do IPTU. Certo, Professor?

- Isso mesmo, Michael! Agora, vamos voltar para a matéria... Turma, teremos que dar uma corrida, senão não conseguirei concluir todos os assuntos que tenho para falar. Então, vamos finalizar a explicação sobre tributos falando rapidamente a respeito dos tributos da União. Ou seja, aqueles que são estabelecidos pelo Governo Federal. E falaremos sobre apenas um deles, o Imposto de Renda.

- Pois bem, o Imposto de Renda, de uma maneira bem simplista, é um imposto pago pelas pessoas físicas e pelas empresas de acordo com a renda obtida. Ele segue alguns princípios, um deles é o da progressividade, isto é, aqueles que ganham mais pagam mais do que os que ganham menos.



- Oi, Tio, sou eu outra vez. Estou bem atento aqui às suas explicações.
- Oi, Michael, você está bem atento mesmo. É bem participativo. Parabéns!
- Tio, me ajuda aqui... Uma pessoa tem um carro que vale R\$ 30.000,00, então quanto será o valor do IPVA?

- Michael, suas dúvidas são bem oportunas e interessantes, no entanto ainda tenho muito conteúdo para apresentar e só tenho 50 minutos para falar tudo o que foi programado para a aula. Mas vou te responder mais essa. Vamos lá... Para calcular o IPVA, suponha que a alíquota seja de 2% e que o valor venal seja os R\$ 30.000,00. Sendo assim, você calcula 2% deste valor.

O resultado será o IPVA.

- Professor, me desculpa, mas ainda não consegui entender como calcular o valor do IPVA. O senhor poderia fazer a conta para mim?

- Michael, você já aprendeu sobre porcentagem? Colegas da sala, vocês já aprenderam sobre porcentagem?

- Simmm! - todos responderam.

- Então vamos ajudar o Michael a calcular 2% de R\$ 30.000,00. A conta é assim, Michael: você multiplica R\$ 30.000,00 por 2 e depois divide por 100. O resultado dará R\$ 600,00. Este será o valor do IPVA a ser pago.

- Professor, muito obrigado mesmo! Ah, e sobre o Imposto de Renda que o senhor estava falando, como ele é calculado?

- Michael, aí o cálculo é bem mais complicado. Mas vamos dar um exemplo simples: suponha que uma pessoa ganhe R\$ 3.000,00. Então, nesse caso, aplica-se uma alíquota de 15% e, do resultado obtido, deduz-se algo em torno de R\$ 380,00.

- Ah, Tio, esse cálculo é complicado, mas já deu pra ver que sobrará pouco para a pessoa, né?

- Pois é! Vamos fazer as contas: 15% de R\$ 3.000,00 corresponde a R\$ 450,00. Deduzindo-se R\$ 380,00 deste valor, chegamos a R\$ 70,00 de Imposto de Renda. Ou seja, no final do mês, a pessoa receberá líquido, isto é, já descontado o imposto, o valor de R\$ 2.930,00.

- Então, Professor, veja só: suponha que uma pessoa ganhe R\$ 3.000,00 por mês e tenha que pagar R\$ 1.000,00 de aluguel, R\$ 200,00 de IPTU, R\$ 70,00 de Imposto de Renda, R\$ 600,00 de IPVA, R\$ 100,00 de água, R\$ 100,00 de luz e R\$ 500,00 de transporte. De que modo ela conseguirá passar o mês se ainda terá que gastar com alimentação, remédios, lazer etc.?

- Meu Deus, Michael! Você é muito inteligente! Como pensou nisso tudo? Cristina, Anderson, Giuliano, por favor, ajudem-me aqui com a resposta.

Este diálogo descreve um episódio que aconteceu no dia 2 de abril de 2024, durante a primeira aula do projeto *Receita para o Futuro*, realizada para a turma do 8º ano A da Escola Municipal Odilon Custódio Pereira, uma unidade educacional situada em um dos bairros mais pobres de Uberlândia. Na transcrição houve, sim, um certo exagero poético, mas que manteve a essência do que de fato ocorreu.

A cena retrata o momento em que um dos personagens, o Tio ou Professor, como era chamado o representante da Receita Federal, estava explicando sobre tributos e era interrompido a todo instante pelo menino Michael, um garoto de 13 anos, inteligente e hiperativo, estudante daquela turma do ensino fundamental.

Por alguns minutos, os dois travaram um diálogo quase exclusivo. Pareciam estar a sós naquela sala de aula, em uma outra dimensão, tamanha era a conexão entre eles. E, à medida que as perguntas e respostas se sucediam, os outros alunos, os professores e os servidores da RFB que lá estavam ficavam espantados com o grande interesse do Michael, e até irritados, porque ele monopolizava a atenção, sem permitir que ninguém mais participasse da discussão.

Ao final, aquele menino fez uma pergunta capciosa que colocou em apuros o representante da RFB, deixando-o praticamente sem reação, a ponto de pedir ajuda aos outros três colegas de trabalho que o acompanhavam.

Para entender mais sobre esse episódio, saber como a questão foi respondida e quais foram as lições aprendidas, é necessário retornarmos ao ano de 2022 e conhecermos as origens do projeto *Receita para o Futuro*: uma iniciativa de cidadania fiscal que vem sendo executada na jurisdição da DRF/Uberlândia e que tem por objetivo mostrar aos estudantes do ensino fundamental a importância social dos tributos e o papel relevante da Receita Federal para o país.

No começo de 2022, iniciou-se uma nova gestão na DRF/Uberlândia, e o então Delegado, o auditor-fiscal Luiz Cláudio Martins Henriques, fez constar no seu Plano de Gestão para o biênio 2022–2023 a iniciativa até então chamada “Cidadania Fiscal nas Escolas”.

Naquele ano, em razão de outras iniciativas mais urgentes, não foi possível iniciar a execução daquele projeto. Mas, logo no início de 2023, mais precisamente no mês de março, o Delegado e a Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas, a analista-tributária Cristina Aparecida Vieira Caetano, começaram a pensar como seria a execução e chegaram à conclusão de que o primeiro passo deveria ser uma conversa na Secretaria Municipal de Educação, para apresentação da iniciativa.

Após semanas de tentativas, foi agendada uma reunião para o dia 17/03/2023, com a presença da Secretaria Municipal de Educação. Antes, contudo, a assessoria dela queria ter acesso à íntegra do projeto que seria apresentado. Porém, isso não seria possível, já que o projeto, até então, era apenas uma ideia. Na verdade, o que seria apresentado na reunião era uma ideia do que se pretendia fazer no âmbito do projeto *Cidadania Fiscal nas Escolas*. Ou seja, até aquele momento, não havia nada estruturado, não havia um projeto formalmente concebido; existia, sim, um rascunho “alto nível”, ainda pendente de vários detalhamentos. O que se pretendia fazer estava tudo na cabeça dos dois representantes da Receita, e o que eles queriam era a chance de conversar sobre a ideia e, caso a Secretaria Municipal de Educação se interessasse, o projeto seria, então, construído.

A reunião aconteceu no dia e horário marcados, porém, diferentemente do que havia sido combinado, a Secretaria não compareceu. No seu lugar, ela designou dois dos seus assessores.

Durante a conversa, os assessores ouviram atentamente as ideias apresentadas e participaram ativamente, fazendo perguntas e dando sugestões. Em certo momento, explicaram que, para um projeto como aquele ser implementado na rede pública municipal, seria necessário que ele fosse discutido e planejado com antecedência, no ano anterior. Apesar disso não ter ocorrido, disseram que levariam a proposta à Secretaria para avaliar a possibilidade de dar continuidade às tratativas.

O Delegado e a Chefe da EGP saíram daquela reunião com percepções diferentes. Para ele, a sensação foi de descaso, uma vez que a Secretaria não participou. Sentiu que havia sido jogado um balde de água fria no projeto. Para ela, a percepção foi diferente. Cristina, que antes de trabalhar na RFB tinha sido professora, sabia melhor do que ninguém como funciona a rede de ensino e como é difícil implantar um projeto educacional nas escolas. Cristina compreendeu bem a mensagem dos assessores da Secretaria e disse

ao Delegado que não ficasse com aquela percepção negativa. Disse ainda que os assessores ouviram e gostaram da ideia e certamente influenciariam positivamente a Secretaria.

Passadas algumas semanas, a Chefe da EGP fez contato com a assessora da Secretaria de Educação para saber se o assunto havia sido levado ao conhecimento dela e o que ela havia deliberado. Mas não obteve resposta.

Até que, no final de agosto de 2023, a DRF/Uberlândia recebeu um e-mail vindo da Secretaria Municipal de Educação, com solicitação de reunião entre a Secretaria da pasta e o Delegado.

Essa reunião aconteceu no Gabinete da DRF no dia 1º de setembro daquele ano. E, para a surpresa dos representantes da Receita, o motivo da conversa não tinha nada a ver com a continuidade das tratativas iniciadas em março. Na verdade, a Secretaria foi à DRF para pedir apoio em mercadorias apreendidas que pudessem ser destinadas à Secretaria Municipal de Educação para uso como premiação na Olimpíada de Inglês, um projeto educacional que já estava em andamento na rede municipal de ensino há alguns anos.

Apesar de o motivo não ser o esperado, os participantes da DRF que estiveram presentes naquela reunião viram a oportunidade de falar sobre o projeto *Cidadania Fiscal nas Escolas*, e não perderam tempo. Após a fala da Secretaria, seguida de seu pedido de mercadorias apreendidas, o Delegado tomou a palavra e disse que a Olimpíada de Inglês era uma iniciativa com potencial de grande impacto social e que, por isso, assumiria o compromisso de avaliar o pedido e de verificar a viabilidade de fornecer algumas mercadorias para serem usadas como premiação. Logo em seguida, aproveitou a ocasião para falar sobre o projeto da DRF.

A oportunidade que não se concretizou em março foi muito bem aproveitada nessa reunião de setembro, desta vez com a presença da Secretaria Municipal de Educação. À medida que Luiz Cláudio e Cristina explicavam a ideia, a Secretaria demonstrava encantamento com o que ouvia e, ao final, determinou à assessora presente que colocasse os representantes da DRF/Uberlândia em contato com a diretoria do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE) — unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, responsável pelo desenvolvimento de programas e projetos de estudos, pesquisas e ações de intervenção pedagógica no cotidiano das unidades escolares. Segundo ela,

esse contato com a equipe do CEMEPE seria o ponto principal para abrir as portas da rede municipal de ensino à execução da iniciativa proposta pela DRF/Uberlândia.

Com este direcionamento da Secretaria, e naquele momento já contando com a participação do então novo Delegado-adjunto da DRF/Uberlândia, o auditor-fiscal Anderson Luiz da Silva, no dia 14 de novembro de 2023 aconteceu o primeiro encontro entre os representantes da RFB e a equipe do CEMEPE.

Foi uma oportunidade para que os participantes se conhecessem e cada uma das equipes compreendesse o que se pretendia fazer e as dificuldades que seriam enfrentadas.

Pela DRF/Uberlândia, participaram Anderson e Cristina; e, pelo CEMEPE, participou a Coordenadora de Projetos Liliane Ribeiro.

Na ocasião, Liliane orientou os representantes da RFB sobre como obter a autorização formal para desenvolver o *Cidadania Fiscal nas Escolas* na rede pública municipal de ensino, sob a forma de experiência piloto, alertando sobre pontos que deveriam constar no projeto a ser submetido à apreciação da prefeitura.

Em seguida, os participantes aproveitaram o encontro para detalhar a metodologia que seria utilizada, a carga horária necessária e o público a ser trabalhado — à época, alunos do 8º ano do ensino fundamental. Definiram também que, ao longo dos meses de dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, o projeto seria consolidado para iniciar em março de 2024. Resumindo: foi uma reunião muito produtiva e que pavimentou o caminho inicial que seria percorrido.

Dando sequência às tratativas, no dia 8 de fevereiro de 2024 aconteceu outro encontro entre representantes da DRF/Uberlândia e do CEMEPE. Naquela ocasião, participaram o Delegado e o Delegado-adjunto, a Chefe da EGP e o servidor Giuliano Ferreira Galvão, que passou a integrar a equipe de voluntários do projeto. E, pelo CEMEPE, estiveram presentes a Coordenadora de Projetos Liliane Ribeiro e a Coordenadora da área de Português, professora Selma Vieira.

Nesta reunião, foram definidos o cronograma, o número de turmas e as escolas que seriam contempladas na etapa piloto. E os encaminhamentos estabelecidos foram os seguintes: realização de palestras em três escolas para turmas do 8º ano do ensino fundamental, com um limite máximo de 20

turmas. As palestras ocorreriam na primeira e segunda semanas do mês de abril e, na segunda semana de maio, aconteceria um evento de encerramento em cada escola contemplada. Ao final, os resultados seriam avaliados para decidir se o projeto continuaria no semestre seguinte.

Com estas definições, principalmente com o cronograma em mãos, começou a corrida contra o tempo para produzir os materiais que seriam apresentados nas palestras.

Ao longo dos meses de fevereiro e março, a equipe de voluntários da DRF — à época formada por Luiz Cláudio, Anderson, Cristina, Giuliano e Layla, a secretária do Gabinete — passou horas trabalhando na criação, construção e revisão dos materiais. E a dedicação a este trabalho era feita sem prejuízo das demais atividades que cada um tinha, já que ninguém ali possuía dedicação formalizada para trabalhar no projeto. Era um verdadeiro trabalho voluntário. E como foi lindo sentir a energia vibrante que pulsava em todos! Não tinha tempo ruim. Os participantes estavam absolutamente engajados num mesmo propósito: concluir tudo antes do dia da primeira palestra e em tempo do conteúdo produzido ser revisado pela equipe do CEMEPE.

E assim, no final de março de 2024, o grupo concluiu a elaboração dos seguintes produtos que seriam utilizados na fase piloto:

- a) novo nome para o projeto, que passou a se chamar *Receita para o Futuro*;
- b) modelo padrão de apresentação, preparada para 100 minutos de exposição, o equivalente a duas horas-aula;
- c) metodologia de trabalho em sala de aula;
- d) questionário avaliativo para resposta em sala de aula;
- e) questionário para resposta em casa, junto com os pais ou responsáveis;
- f) logomarca do projeto;
- g) modelo do certificado de participação;
- h) jingle do projeto.

Importante considerar que o nome do projeto foi alterado por dois motivos: primeiro, porque traz uma marca fácil de ser assimilada; e segundo, porque os idealizadores da iniciativa entendem que a conscientização de

crianças e adolescentes sobre temas ligados à cidadania pode transformar a sociedade, sendo assim uma receita de sucesso para um futuro melhor.

No fim das contas, o material produzido acabou não sendo revisado pela coordenação do CEMEPE. Isto, porém, não foi empecilho para que ele começasse a ser utilizado. E, finalmente, no dia 2 de abril de 2024, às 7h15 da manhã, lá estavam os representantes da DRF/Uberlândia iniciando o *Receita para o Futuro* com os estudantes do 8º ano da Escola Municipal Odilon Custódio Pereira.

Naquele dia, Luiz Cláudio, Anderson, Cristina e Giuliano foram os palestrantes — ou melhor, os professores — ou Tio(a), como os alunos diziam. Também estiveram presentes os estagiários da comunicação Maria Júlia e Gabriel Augusto. Todos começaram o dia bem cedo, encontrando-se e saindo da DRF às 6h40 da manhã.

Como tudo era novidade e todos estavam com receio, precisava que alguém assumisse o papel de ir à frente e iniciar as palestras. Foi então que os quatro “professores” do *Receita para o Futuro* combinaram como seria a atuação naquele primeiro dia. E decidiram que o Delegado faria a primeira parte expositiva na Turma A, e o Delegado-adjunto faria a segunda. Depois, trocariam os temas na Turma B. E assim foi feito.

O diálogo transcrito no início deste texto está dentro desse contexto: o Delegado da DRF/Uberlândia, na função de “Professor Receita”, estava falando sobre os tributos e sua importância para a sociedade, e tinha só 50 minutos para tratar dos seguintes assuntos: conceitos de bens, serviços, instituições, funções e cargos públicos; importância da arrecadação dos tributos; conceito e espécie de tributos; como os tributos podem reduzir as desigualdades sociais; e conceito e impactos da sonegação fiscal. Na sequência, o Delegado-adjunto faria a exposição da segunda parte, falando sobre a Receita Federal, o que ela é e faz, e qual sua importância para o país.

Mas mal sabia o Delegado que, naquela sala de aula, tinha o menino Michael. Que coisa! O que era para ser explicado em 50 minutos consumiu quase a totalidade do tempo disponível, restando algo em torno de 20 minutos para que o Delegado-adjunto, na sequência, pudesse apresentar sua parte e ainda aplicar o questionário de sala e explicar como deveria ser feito o questionário de casa.

Voltemos, então, à cena do início, para saber como aquele diálogo terminou. Foi mais ou menos assim...

- Michael, sua pergunta é muito interessante! Vi que você estava anotando tudo na sua mesa e fazendo muitas contas. Você realmente é muito inteligente. Sobre o que você perguntou, talvez você tenha razão: do jeito que você apresentou a situação, pode ser que falte dinheiro para a pessoa passar o mês. No entanto, é preciso lembrar que os tributos IPTU e IPVA são pagos apenas uma vez no ano e podem ser parcelados. Além disso, com o valor arrecadado desses e outros impostos, o governo consegue oferecer serviços gratuitos para a população, como lazer, medicamentos, educação, saneamento básico, transporte, entre outros. E, para saber mais como isso funciona, vamos continuar com a aula.

Ao final daquele primeiro dia, os voluntários do *Receita para o Futuro* deixaram a escola completamente exaustos, a ponto de questionarem se teriam energia e voz para continuar nos dias seguintes. Ainda assim, todos carregavam consigo a forte sensação de dever cumprido e a satisfação por tudo o que haviam realizado.

As experiências vivenciadas na Escola Odilon e nas demais escolas participantes da etapa piloto, somadas ao apoio pedagógico recebido da equipe do CEMEPE, foram fundamentais para o aprimoramento dos materiais utilizados nas apresentações e da metodologia aplicada em sala de aula. Além disso, contribuíram para o desenvolvimento de estratégias de gestão do tempo de exposição dos conteúdos e para a habilidade de lidar com imprevistos.

Para encurtar a história, a fase piloto foi concluída em maio de 2024. Em seguida, o projeto passou por sua primeira expansão, realizada entre julho e outubro do mesmo ano. A segunda expansão teve início em março deste ano e segue em andamento. Até o momento, como resultados concretos dessas ações, 2.015 alunos foram capacitados, 2.138 certificados foram emitidos para estudantes, diretores e vice-diretores, e 24 escolas das redes públicas municipal e estadual já receberam o projeto, abrangendo os municípios de Uberlândia, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Pirajuba e Uberaba.

Ah, faltou explicar uma coisa: por que “Professor Receita”? Esta expressão faz parte do jingle do projeto, que diz assim:

“- Ei, Professor Receita, de onde vem o dinheiro pra fazer? — Dos tributos!”.

“Professor Receita” é o título carinhoso dado a todo voluntário do projeto *Receita para o Futuro* que assume o papel de educador, dedicando-se a compartilhar conhecimentos sobre a importância social dos tributos e o papel fundamental da Receita Federal no desenvolvimento do país.

* * *

Terceiro Lugar - prosa:

Tatiana das Neves Leme

Analista Tributária - 01RF|SRRF01|Sacin. Ingressou no cargo em 2024. Atuou na Comunicação e Cidadania Fiscal da Alfândega de Ponta Porã/MS. Colaborou parcialmente com a Seção de Comunicação Institucional e Cidadania Fiscal da 1ª Região Fiscal (Sacin01), para onde foi removida em janeiro de 2025. Atualmente é Representante de Comunicação da Subsecretaria de Administração Aduaneira (Suana).

Conheça nossa Receita: cães, seriado e a sociedade

Estou há pouco tempo na Receita Federal, ingresssei no último concurso, em janeiro de 2024, mas já tenho muita história para contar. Tive o privilégio de ingressar nas áreas de Comunicação e Cidadania Fiscal logo na primeira lotação, em Ponta Porã/MS. Não imaginava trabalhar dentro da Receita Federal com a minha área de formação, Jornalismo, mas me apaixonei pelo trabalho. Sou encantada pelas aventuras, viagens, contatos com autoridades, outras forças de segurança, parceiros institucionais e, claro, com a sociedade.

Sempre brinco que ser da área da comunicação é ser um pouco fofoqueira, porque preciso andar (muitas vezes literalmente) pelos setores para captar o que está acontecendo e o que merece divulgação. Quando conecta com a Cidadania, torna-se, então, “Fofocas de 1^a” — como gostamos de brincar na Seção de Comunicação Institucional e Cidadania Fiscal da 1^a Região Fiscal (Sacin01).

Com a Cidadania, a Receita Federal tem oportunidades de revelar ao público um pouco do nosso trabalho e da nossa missão institucional. E até mais: podemos provocar mudanças por meio da educação fiscal e de parcerias com instituições de ensino; podemos instituir projetos de destinação sustentável às mercadorias apreendidas que antes seriam simplesmente destruídas. Podemos, também, contribuir com a formação de contadores por meio do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) e levar atendimento contábil e fiscal a pessoas com menor poder aquisitivo. E, claro, podemos abrir as portas ao público por meio do programa “Conheça Nossa Aduana”.

Recebi essa missão de apresentar a Aduana em Ponta Porã ainda nos meus primeiros meses de casa. E que experiência incrível! Uma honra pendurar, no pescoço, o distintivo pelo qual tanto estudei para vestir e poder mostrar à sociedade o excelente trabalho que realizamos na fronteira. Assim, atendendo à missão que me foi dada como representante de Cidadania Fiscal, preparei a minha primeira visita guiada com total colaboração e entrega dos colegas da Alfândega. Cada um doou seu tempo e seus conhecimentos para receber estudantes de uma escola estadual, ávidos por conhecer por dentro aquela construção pela qual passam perto todos os dias. Foi de aquecer o coração. A turma, um pouco acanhada, mas curiosa, acompanhou a visita passando por diversos setores que compõem a Alfândega: gabinete, CAC, bagagem, despacho e Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA). Em cada um, os estudantes recebiam informações e perguntavam — timidamente — sobre o funcionamento do trabalho. No DMA, os colegas da vigilância e repressão puderam apresentar todo o uniforme tático operacional, alguns armamentos, drones e, claro, não podiam faltar as estrelas do Conheça Nossa Aduana: os cães de faro. É incrível como esses animais fazem a ponte entre a Receita e a sociedade. A demonstração do trabalho da equipe K-9 fez os olhos dos estudantes brilharem pela instituição. As sessões de fotos foram intermináveis e os alunos não queriam ir embora. E o mais gratificante?

Perceber que muitos deles — e até algumas das professoras que os acompanhavam — passaram a almejar serem futuros servidores da Receita Federal, sonhando em vestir, um dia, o mesmo distintivo que eu tinha pendurado no pescoço. Um orgulho sem tamanho.

Essa proximidade com a sociedade encanta e faz um convite para desmistificar o “Leão”. Especialmente em uma região de fronteira, onde o contrabando e o descaminho são rotineiros e, consequentemente, há muitas apreensões de mercadorias envolvidas. Poder mostrar para os estudantes “o outro lado” de quem apreende, a razão que pauta o nosso trabalho e os possíveis destinos dessas mercadorias é de extrema relevância educacional. Também é uma oportunidade para demonstrar o trabalho de importação e exportação, que gera um intenso fluxo de caminhões circulando pela cidade, e como tudo pode ser feito de maneira célere e regular. Abrir as portas e mostrar o trabalho de dentro para fora contribui imensamente para aliviar a tensão entre o Leão e a sociedade, levando informação e até inspiração.

Um ano e pouco depois, atuando como representante de Comunicação na Subsecretaria de Administração Aduaneira (Suana), tive a oportunidade de participar de um Conheça Nossa Aduana um pouco diferente, mas que, olhando a fundo, foi o maior de todos já realizado. O evento recebeu mais de 200 mil pessoas no Campo de Marte, em São Paulo. Foi a primeira vez que a Receita Federal participou do “Domingo Aéreo”. Lá, tivemos a oportunidade de mostrar para crianças, famílias e a sociedade em geral a estrutura, os equipamentos e alguns projetos voltados à fiscalização aduaneira.

As viaturas fizeram sucesso. O helicóptero da Receita Federal, mais ainda. Mas, novamente, as apresentações dos cães de faro da equipe K-9 abrilhantaram o evento. O trabalho dos cães não é apenas eficiente na fiscalização; é belo, divertido e cativante. O tipo de ação que hipnotiza. Apesar de serem animais (ou talvez justamente por serem animais), eles tocam a nossa humanidade. Eles abraçam o público e todos querem brincar, fazer carinho e, claro, tirar muitas fotos com essas estrelas. Há quem diga que são os melhores funcionários da Receita Federal!

As atrações desse dia foram além. Colegas da 10ª Região Fiscal levaram o projeto Receita VR — uma experiência interativa que transporta o público para o dia a dia da fiscalização aduaneira. Com os óculos de realidade virtual,



as crianças (as mães e os pais também) puderam vivenciar como a instituição atua na proteção das fronteiras.

Por fim, a presença de servidores que participam do seriado televisivo *Aeroporto: Área Restrita*. O que falar do reconhecimento desses colegas? Eu pude ver de perto como o público tem verdadeira admiração. Filas quilométricas foram formadas para uma foto. As pessoas ficavam esperando mais de meia hora para o grande registro, que seria levado para casa ou publicado nas redes sociais. Eu ouvi muitas palavras de reconhecimento e gratidão proferidas para esses colegas. A sociedade sabe seus nomes, lembra de casos específicos em que cada um atuou. É surpreendente o alcance da série, uma vez que não são artistas. Não é uma atuação. É simplesmente o trabalho do dia a dia de servidores muito competentes.

Mesmo cansados de um dia inteiro de evento, os integrantes do seriado não negaram foto. Atenderam a todos. Teve colega que estava até de férias e se prontificou a participar! Porque essa receptividade da sociedade não tem preço. Receber todo esse carinho e reconhecimento é o reflexo de um trabalho muito bem realizado.

O alcance do *Área Restrita* rompeu paradigmas. Muitas pessoas vieram me perguntar sobre o funcionamento do concurso para ingressar na carreira tributária e aduaneira — talvez eu ainda esteja com a cara de concursa! Respondi cada pergunta com orientação e incentivo. Isso é fruto do sucesso do seriado. E não sou eu que estou dizendo. As pessoas perguntavam como fazia para trabalhar no aeroporto como os colegas da série. Presenciar a admiração, o respeito e a vontade das pessoas de fazer parte de um órgão arrecadatório, sempre visto como quem “tira dinheiro”, foi revigorante.

Sai exausta, mas extremamente contente e agradecida. Para finalizar, a cereja do bolo foi o comboio de viaturas da Receita Federal ser aplaudido pelo público ao sair pelas ruas ao redor do Campo de Marte. Acho que estamos no caminho certo, exercendo honrosamente o servir à sociedade.

* * *



Menção Honrosa - prosa:

Lucilene Marinho Lopes

Agente Administrativa, ingressou na Receita Federal em 2001, logo assumindo a função de Representante do Programa Nacional de Educação Fiscal na DRF/SAN, função que desempenha até hoje. No ano de 2010 fez parte da primeira turma de Pós-Graduação em Educação Fiscal - ESAF/DF. Atualmente também atua na Ouvidoria, Contratos e Grupo Municipal de Educação Fiscal em Santarém.

Cidadania e Educação Fiscal na Minha Trajetória: Lições Aprendidas e Desafios Superados

“Deus nos concede a cada dia uma página de vida nova no livro do tempo. Aquilo que colocarmos nela, corre por nossa conta”.

Chico Xavier

O ano era 2006. Sob força de uma portaria, entrei em um universo desconhecido e com uma ordem expressa do Delegado: “Estude para aprender a fazer, você será a representante do Programa Nacional de Educação Fiscal na Delegacia de Santarém-Pará.”

Dada a largada para o mundo desconhecido, comecei por um curso EAD para disseminador de Educação Fiscal. Entre medos, erros e acertos, fui percorrendo um caminho que, a cada dia, se mostrava interessante e



desafiador. O entendimento ainda era limitado e minha visão sobre a temática ainda era turva, devido ao desconhecimento de minha parte.

Santarém já estava nas tratativas de implantação do Programa Nacional de Educação Fiscal – Pnef, pois, na ocasião, havia recebido visita técnica advinda de Belém, de alguém que trouxera a proposta ao município. A proposição inicial de instituir o Grupo Municipal de Educação Fiscal em Santarém – Gmef, baseado no Pnef, foi colocada como um desafio: Santarém ser o primeiro município do estado do Pará a implantar o Programa. As conversas e os encontros iniciais foram realizados com grupos seletos: professores, pedagogos, servidores municipais e servidores dos fiscos. Nas etapas seguintes, descobriu-se que este tema estava diretamente inserido no cotidiano das pessoas e que, quando trabalhado de forma paralela à realidade, se tornava mais simples e de fácil compreensão, principalmente para as escolas.

O desafio estava posto. O trabalho era justamente unir forças, junto com várias instituições e o propósito da gestão municipal na época, que já havia expressado boa vontade política de implantar o Programa em Santarém. Foi então que todas as Secretarias foram convidadas a fazer parte. No entanto, apenas duas perduram até hoje: Secretarias Municipais de Educação e de Finanças.

O projeto-piloto foi aceito por 11 escolas da rede municipal de ensino, ainda em 2006. Nesse mesmo ano, o Programa de Educação Fiscal entrou para o planejamento pedagógico dessas escolas.

No dia 28 de março de 2006, esteve em Santarém o auditor-fiscal da Receita Federal e Coordenador Nacional do Pnef, Sr. Eugênio Celso Gonçalves, um dos maiores entusiastas na temática Educação Fiscal. Na ocasião, muito foi falado e explicado sobre os benefícios que a comunidade santarena receberia ao trabalhar a temática nas escolas.

O município de Santarém, no dia 26 de abril de 2006, lançou oficialmente o Programa Nacional de Educação Fiscal. O evento foi um marco na história santarena, tendo em vista o município ter abraçado um Programa que contribuiria para o crescimento não só dos alunos, mas de toda a comunidade.

No dia 12 de dezembro de 2006, foi sancionada a Lei nº 18.034, que instituiu em Santarém o Grupo Municipal de Educação Fiscal – Gmef. Em seu artigo 4º, diz que a temática Educação Fiscal estará obrigatoriamente nos

conteúdos escolares. A referida lei dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Educação Fiscal. Rege também que a implementação do Pmef é de responsabilidade do Gmef, composto em caráter efetivo e permanente por representantes dos órgãos envolvidos no desenvolvimento do Programa. Com a aplicação dessa lei, a cidade de Santarém avançou no que diz respeito aos debates em sala de aula. Muitas portas se abriram. Inúmeras atividades foram desenvolvidas ao longo desses anos. Dentre elas, podemos destacar as formações de professores — primeiramente em Santarém e depois nos municípios vizinhos, como Óbidos, Belterra, Mojuí dos Campos, Oriximiná e Juruti.

Em Santarém, o Gmef firmou parceria com a Receita Federal, SEFA, SEDUC e Prefeitura (Secretarias de Finanças e de Educação). Em 2008, as escolas municipais participaram do concurso para a criação da logomarca do Grupo Municipal de Educação Fiscal de Santarém.

No ano de 2010, as atividades já estavam consolidadas, até porque Santarém se antecipou à recomendação do MEC de estabelecer parcerias para a implantação da Educação Fiscal nos municípios. Várias atividades foram desenvolvidas: feiras, construção de maquetes, dramatizações diversas referentes a vários temas, palestras diversas para alunos e professores. Ou seja, por meio da Educação Fiscal no município, constatou-se que os alunos/cidadãos passaram a ser mais participativos, tendo atitudes responsáveis, cumprindo com suas obrigações. O Programa de Educação Fiscal, assim chamado na época, desenvolvido nas escolas, proporcionou que os alunos entendessem qual seu verdadeiro papel na sociedade, esclarecendo a importância do controle social, o quanto é importante o cidadão compreender qual a verdadeira função social dos tributos.

As crianças são o alvo preferido dos projetos de Cidadania Fiscal na escola, assim colocado hoje, por ser uma temática que está intrinsecamente ligada à coisa pública e à compreensão da responsabilidade social e fiscal. E quanto mais cedo os cidadãos entenderem isso, melhor para a escola e, consequentemente, melhor para a sociedade.

Em 2011, concluí minha pós-graduação em Educação Fiscal, curso oferecido pela ESAF-DF, primeira turma, custeado pela Receita Federal, à qual serei eternamente grata pelo investimento a mim dispensado na ocasião. Uma qualificação pode ser um investimento valioso para a carreira e desenvolvimento pessoal de qualquer pessoa que esteja ávida em se

posicionar profissionalmente. Somado a tudo isso, tive a oportunidade de me conectar a uma rede de contatos com outros profissionais especialistas em Educação Fiscal de todo o Brasil, o que foi deveras importante para mim e continua sendo até hoje.

Chegado o ano de 2013, muito já se tinha avançado nos debates e ações desenvolvidos pelo Gmef. As parcerias foram fundamentais para que o Grupo pudesse, de fato, existir. No ano de 2014, mais uma vez o Gmef, em conjunto com a SEFA, trouxe a Santarém importantes palestras sobre a Nota Fiscal Cidadã, projeto do governo paraense implantado nos municípios, com grande repercussão em Santarém. Nesse mesmo ano, Santarém ganhou seu primeiro prêmio nacional de Educação Fiscal, com a Escola Estadual Frei Ambrósio, que obteve o 1º lugar com o Projeto Sol Solidário, sob a coordenação da professora Eliana Mara, uma apaixonada pela temática, *in memoriam*.

O ano de 2015 foi histórico: o Gmef lançou o desafio de propor a primeira premiação municipal, nos mesmos moldes da premiação nacional promovida pela Febrafite. Já estamos na 4ª edição. Esse evento mobiliza toda a comunidade escolar com apresentação de trabalhos belíssimos. As escolas trabalham com afinco e dedicação. Em ano eleitoral, não realizamos a premiação.

Ainda em 2015, Santarém mostrou para todo o Brasil que sabia fazer Educação Fiscal. A escola indígena Borari, de Alter do Chão, foi a segunda colocada na “categoria escola” no Prêmio Nacional, em Brasília/DF. A Educação Fiscal sempre foi uma forte aliada nesse processo e, por isso, o resultado dessas premiações, sem dúvida, foi fruto de um trabalho coletivo dessas escolas.

Como entendemos a cidadania fiscal em tempos de desafios? O que é cidadania? A própria cidadania não pode ser entendida como uma condição estática, definitiva e acabada. Quando estudamos Educação Fiscal, uma das palavras mais debatidas é cidadania. Palavra usada todos os dias e de vários significados, porém, o mais forte seria: o direito de viver decentemente. Cidadania Fiscal é um “farol na escuridão” — escuridão do desconhecimento e da ignorância.

Foi nesse sentido que, ao longo desses 19 anos, conduzi meu trabalho dentro do Gmef juntamente com os outros membros, assim como no grupo da Cidadania Fiscal da 2ª RF. Cidadania Fiscal não pode, de forma alguma,

fugir da linha pedagógica e esbarrar em pautas identitárias e ideológicas. Isso macula seu propósito. A cidadania está intrinsecamente ligada ao conjunto de direitos e deveres que um indivíduo possui enquanto membro de uma sociedade, especialmente em relação ao Estado — e não em relação às suas ideologias.

Em 2017, a edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal recebeu mais de 160 projetos de 16 estados e do Distrito Federal, entre escolas, prefeituras e universidades, que desenvolveram projetos voltados à área da educação fiscal em suas comunidades locais. O projeto *Cidadão Nota 10: Um Instrumento para a Prática da Cidadania* apresenta como tema norteador “Práticas de cidadania”, pois somente através do exercício da cidadania pode-se construir um país honesto e digno para se viver — necessidade urgentíssima nestes tempos em que as leis nem sempre são respeitadas. Por meio da Educação Fiscal, é ensinado desde cedo ao aluno que ele faz parte da sociedade e, por isso, deve participar ativamente dela. Essa é a proposta da Educação Fiscal ou cidadania fiscal na sociedade atual. E, sob essa proposta, a Escola Rosilda Wanghon foi premiada com o 3º lugar no Prêmio Nacional de 2017.

Em 2019, as atividades do Grupo foram muito intensas, com várias ações. Foi realizada a 2ª edição do Prêmio Municipal. Para o Prêmio Nacional, Santarém representou não somente o Pará, mas a Região Norte, ficando entre as seis melhores do Brasil. A Escola Maria Amália foi finalista na categoria escola e trouxe o 3º lugar para o município.

O ano letivo de 2020, em Santarém, iniciou em fevereiro. Até então, seria um ano de grandes realizações para nós do Gmef. No entanto, sem que nos déssemos conta, um fenômeno mundial alterou a ordem natural das coisas. Em março, as escolas fecharam seus portões, os professores e alunos ficaram em casa. O dia em que o mundo foi cancelado fez com que o homem se recolhesse em sua insignificância, e muitos ficaram diante de situações angustiantes. Ficamos frente a frente com nossas fragilidades: ricos, pobres, negros, brancos, cultos, ignorantes, adultos e crianças. Medidas restritivas foram impostas como nunca. Um vírus ameaçou e agrediu a todos, independentemente de nacionalidade, etnias, credos ou posicionamentos políticos. Agiu de forma implacável.

Durante a pandemia do Coronavírus, o Gmef/SAN adaptou suas atividades para o ambiente virtual, realizando circuito de lives e utilizando

as plataformas das redes sociais para disseminar o conhecimento sobre a função social dos tributos, bem como o controle dos gastos públicos. O Grupo, nesse contexto de distanciamento social, manteve as orientações e o acompanhamento dos projetos que foram inscritos no Prêmio Nacional, e obteve destaque como a melhor prática de cidadania em Educação Fiscal do Brasil, consagrando o 1º lugar à Escola Rosilda Wanghon. Devido à pandemia, a solenidade de premiação foi em 2022.

2021 – Ano da esperança. O Gmef completou seus 15 anos de efetivos trabalhos em prol da cidadania fiscal em Santarém. O que fazer em tempos de pandemia? Reuniões intermináveis para se chegar à conclusão de que tínhamos que oferecer algo de especial à sociedade santarena. Participou de um webinário onde mostrou sua programação de trabalho para o segundo semestre do ano de 2021. O Grupo, por meio do projeto *Educação Fiscal: Um Presente para Santarém – 15 anos de Cidadania*, com o objetivo de promover o “controle social”, lançou o desafio de entregar à sociedade santarena uma proposta consolidada de um Observatório Social. Isso continua sendo um desafio.

Chegamos em 2022, um ano muito produtivo. Muitos desafios e muitas metas alcançadas. As escolas continuaram desenvolvendo suas atividades sob a orientação do Gmef/SAN. Em setembro, foi realizada a I Semana Municipal de Educação Fiscal, uma grande demonstração de resultados exitosos apresentados pelas escolas.

Como as escolas públicas sofreram mudanças de funcionamento nos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia, a organização do prêmio optou por suspender a edição de 2020 e postergar a de 2021, que foi realizada junto com a de 2022. Na edição bienal 2021/2022, a Escola Santa Luzia conquistou o 3º lugar, com o projeto “*Zelar pelo patrimônio público escolar é dever de todos*”.

O ano de 2023 começou com muitas atividades e muitas ações, todas constantes no planejamento anual do Grupo. No período de 21 a 24/03/2023, com o apoio do GEFi, foi realizada Formação em Educação Fiscal para professores, técnicos e gestores das escolas municipal e estadual, cujo objetivo foi facilitar aos professores uma forma melhor de levar o conteúdo para a sala de aula, abordando transversalmente o tema. Em abril, foi lançado o 3º Prêmio Municipal de Educação Fiscal de Santarém, o “Oscar da

Cidadania Santarena”, no qual foram inscritos 32 projetos, sendo 30 na categoria Escola e 2 na categoria Instituição.

Para a 11^a edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, Santarém inscreveu 20 projetos, sendo 18 na categoria Escola e 2 na categoria Instituição. A Escola São Pedro do Quilombo Bom Jardim ficou entre as quatro classificadas na categoria Escola e conquistou o 2º lugar com o projeto “*Músicas e rimas que embalam meu quilombo, fortalecendo a cidadania e a cultura quilombola*”. Neste ano, o tema da Semana da Pátria foi *Educação Fiscal – Eu sou cidadão legal, e você?*

No período de 18 a 22/09/2023, foi realizada a II Semana de Educação Fiscal, cujo objetivo foi ressignificar as práticas pedagógicas das redes públicas de ensino do município de Santarém, na formação cidadã. Nessa ação, as escolas compartilharam suas práticas de cidadania.

Em 2024, o Gmef/SAN abriu os trabalhos com a palestra “*A participação social como instrumento de cidadania*”, proferida por uma auditora fiscal e colaboradora do Programa do Rio Grande do Norte. Com o apoio do GEFi/PA, o Grupo Municipal de Educação Fiscal de Santarém abraçou um novo desafio: foi realizada a I Formação para Professores do Distrito de Curuai, no Lago Grande.

Neste ano, foi lançada a I Mostra de Paródias de Educação Fiscal em Santarém. Foram produzidas 25 paródias por 18 escolas inscritas no certame. Na 12^a edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, a Escola Rotary, representando a Região Norte, foi reconhecida como a terceira melhor prática de cidadania do Brasil, com o projeto “*Exercendo o controle social do programa PNAE na Escola Rotary: estudantes amazônicos de olho na verba pública da merenda escolar*”.

Sem recesso para o Gmef/SAN, agora chegamos a 2025. Para este ano, foram planejadas muitas ações: abertura dos trabalhos, lançamento do 4º Prêmio Municipal, participação no Prêmio Nacional, Semana da Educação Fiscal e solenidade de premiação.

A abertura dos trabalhos de 2025 aconteceu no período de 18 a 21 de fevereiro. A Caravana da Cidadania realizou rodas de conversa e palestras nas áreas de rios, de planalto e urbana da cidade, com a presença do Prof. Cícero Roberto de Melo, que trabalhou temas como “*Educação Fiscal & Cidadania: possibilidades e desafios na sala de aula*” e “*Possibilidades e desafios na sala de aula: como desenvolver ações de Educação Fiscal*”.

Para a 4^a edição do Prêmio Municipal, foram inscritos 30 projetos, que já estão sendo avaliados e cujos três vencedores serão conhecidos no dia 12/12/2025. E, para o Prêmio Nacional, o Gmef/SAN inscreveu 29 projetos.

O Gmef/SAN não para. Uma ação de grande produtividade foi a Semana de Educação Fiscal, realizada no período de 22 a 26/09/2025. Nesta semana, o Gmef foi o epicentro de demonstração de boas práticas cidadãs. Foram contempladas 45 escolas das áreas de rios, do planalto e da área urbana. O GEFi/PA viabilizou a vinda do Prof. Arthur Sérgio Rangel, de Vitória/ES, que abordou, nas rodas de conversa para professores, técnicos e gestores, o tema *“Educação Fiscal na prática: trabalhando a cidadania na sala de aula à luz da BNCC”*.

Como ponto alto e em alusão aos 25 anos do Programa no Estado do Pará, foi realizado o Seminário de Educação Fiscal, com a palestra *“Os impactos da implantação da reforma tributária para os Municípios”*, proferida pelo Subsecretário de Administração Tributária da SEFA/PA.

Os trabalhos seguem firmes, e com eles são creditados os resultados exitosos para o Gmef, para as escolas, para o município de Santarém e para o Pará.

Nosso trabalho em Santarém, disseminando a temática Educação Fiscal, é diferenciado, é de dedicação, de esmero, de compromisso e de muita responsabilidade, cuja finalidade é ajudar na formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, para que possam construir uma sociedade justa e transparente.

Uma ação desse seletivo grupo, que merece destaque, é que desde 2015, como mencionado anteriormente, realiza o Prêmio Municipal de Educação Fiscal. Essa premiação reconhece as melhores práticas e estimula projetos que tratam da importância social dos tributos e da qualidade da aplicação dos recursos em benefício da sociedade. A realização desse Prêmio Municipal foi idealizada pela professora Eliana Mara Moraes Santos (*in memoriam*). Santarém é o único município do Estado do Pará que realiza esse certame. Dos 144 municípios paraenses, 14 têm Grupo Municipal de Educação Fiscal oficialmente constituído. Destes, Santarém é o único atuante desde sua criação, em 2006. Em 2015, foi realizada a 1^a edição; em 2019, a 2^a edição; em 2023, a 3^a edição; e agora, em 2025, está em andamento a realização da 4^a edição, com 30 escolas participando do certame, cuja avaliação está em execução, pois a premiação será em dezembro de 2025.

Nesse dia, todas as escolas que fazem cidadania fiscal, em ritmo de festa, lotam os espaços reservados para a grande celebração. Quem subirá ao pódio para receber sua merecida premiação? Qual a relevância desse trabalho não só para a Receita Federal, mas para a sociedade, uma vez que a Receita Federal presta esse serviço para a sociedade e não para si própria? Para nós do Gmef, a importância desse trabalho gigantesco foi o fato de um Programa — no caso, o PNEF — ter revolucionado toda uma estrutura educacional e inserido um debate nunca feito antes. Dessa forma, todos os projetos realizados e premiados foram desenvolvidos em Santarém.

Nosso trabalho, desde o início, foi pautado em realizar ações como: formações, palestras, rodas de conversa, seminários, workshops, acompanhamento dos projetos. A premiação é uma consequência do bom trabalho que a escola desenvolve. Sabemos que ela serve como incentivo, motivação e ferramenta de engajamento. As escolas de Santarém têm conseguido, sob a orientação incansável do Gmef, do qual faço parte há 19 anos, se destacar em nível nacional com as boas práticas de cidadania, na premiação promovida pela Febrafite. Desde a 1^a edição, em 2012, até 2024, na 12^a edição, estamos no pódio da cidadania nacional com 8 prêmios, quais sejam:

- 2014 – 1º lugar;
- 2015 – 2º lugar;
- 2017 – 3º lugar;
- 2019 – 3º lugar;
- 2020 – 1º lugar;
- 2021/2022 – 3º lugar;
- 2023 – 2º lugar;
- 2024 – 3º lugar.

Sempre enxerguei a premiação da Febrafite não apenas como entregar ou receber “um prêmio”. Santarém, uma cidade do Norte, onde tudo chega mais caro, onde tudo demora mais para acontecer, não foi o caso do sucesso da educação fiscal. Porque ainda em 2005, quando o GEFi-PA iniciou a interiorização do Programa nos municípios, o único que avançou e não parou mais foi Santarém. Em relação aos demais, não temos registros de premiações e grupos municipais consolidados.

Após cada premiação, os impactos como o aumento de confiança e inspiração são visíveis aos olhos daqueles que buscam água cristalina em meio às tempestades. Refiro-me aos professores que labutam no “chão da escola”. E nós, da cidadania fiscal, precisamos nos afinar com esse espaço. A cidadania fiscal deve iniciar na escola, na mais tenra idade. Nessa linha, o Gmef atua há 19 anos ininterruptos, porque é formado por pessoas abnegadas que acreditam no poder da educação. Pessoas abnegadas estão em extinção, mas em Santarém existem — elas estão no Gmef.

O Acordo de Cooperação Técnica nº 21/2024, celebrado entre a Secretaria Especial da Receita Federal e o MEC, tem como objeto a execução do Projeto Rede Federal Cidadã, buscando a inserção da temática Cidadania Fiscal e Ambiental no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio. Santarém já faz isso desde 2006, por meio da Lei nº 18.034, já citada anteriormente. Diante deste fato, vejo como relevante este trabalho que foi iniciado bem antes que se tornasse alta prioridade para a Receita Federal.

A temática Cidadania Fiscal — outrora Educação Fiscal — é um direito e um dever de todos nós, independentemente de cargo, função e posição social. É fundamental para o desenvolvimento do cidadão e, consequentemente, da sociedade. É hora de nos unirmos para termos uma sociedade decente, se quisermos deixar esse legado para nossa descendência.

O que deu sentido à minha vida profissional nesses 31 anos de serviço público foi a cidadania fiscal. Por meio dela, eu pude ver com nitidez o que nem sempre é dito ou mostrado nestes tempos de grandes desafios. E sair do raso não é tarefa fácil, e a cidadania fiscal me ensinou a dar “mergulhos mais profundos”.

Meus agradecimentos ao Delegado que mandou eu estudar para aprender a fazer. Talvez ele já tivesse a certeza do dito popular de que “*O conhecimento é poder, e o estudo é a chave para desbloqueá-lo*”. Os estudos continuam até hoje, porque cada dia é um novo desafio. Isso é cidadania fiscal, isso é educação fiscal: labuta diária, desafios, abnegação e aprendizado — porém, com a convicção de que estou fazendo a minha parte, certa de que em cada obstáculo existe uma oportunidade de crescimento.

Todos os prêmios recebidos pelas escolas ao longo desses anos são resultados exitosos desse trabalho magnífico que eleva a cidade de Santarém e a Receita Federal por meio da cidadania fiscal.

Indubitavelmente, contribuí, dentro das minhas atribuições, com dezenas de palestras, rodas de conversa, parcerias, trabalhos fora do horário — seja à noite, seja aos sábados — usando meu próprio veículo para atender a uma demanda ou a um convite. Porque trabalhar com cidadania fiscal é exatamente isso: fazer por e com amor, e não por pagamentos adicionais.

Trabalhar com amor é encontrar propósito no que se faz. Isso inclui paixão, realização, satisfação pessoal e conexão. É assim que me sinto trabalhando com a educação fiscal há 19 anos. A Educação Fiscal ou Cidadania Fiscal — para nós, essa “nova grafia” não muda o teor — fez com que eu enxergasse o mundo com uma lente maximizada. Aliás, esse é justamente um dos propósitos do Programa.

* * *

Primeiro Lugar - Poesia:

Motivando a inclusão da Cidadania Fiscal na Extensão Universitária

Honorino José Gonçalves

Auditor Fiscal. Ingressou na Receita Federal em 1995. Pós-graduado em Direito Aduaneiro e Comércio Exterior (UCB - Universidade Católica de Brasília); Pós-graduado em Engenharia Civil com ênfase em Tecnologia da Construção Civil -- UNISOCIESC ; Pós-graduado em Direito Tributário pela UNISUL. Ocupou as funções de Assistente (2007 a 2011) e de Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (2011 a 2014). Exerceu o cargo em comissão de Delegado da Receita Federal em Joinville/SC (2014-2022). Atualmente, exerce a função Delegado Adjunto na DRF/Joinvile-SC.

Motivando a inclusão da Cidadania Fiscal na Extensão Universitária

Construir uma sociedade solidária,
Inclusão na Extensão Universitária,
Cidadania Fiscal da Receita Federal,
Criada a norma no seu aspecto geral,
Resolução nº 7 do Ministério da Educação,
Curricularização em cursos de extensão.

Planos de Desenvolvimento Institucionais,
Projetos das entidades educacionais,
Projeto é uma ação determinada,
Programa é ação continuada,
Projetos, Programas, Cursos e Oficinas,
Eventos, Prestação de Serviços e outras disciplinas!

É a Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil,
Auxiliando o sistema estudantil,
Cursos e Oficinas, capacitação ou atividade prática,
Dentro da melhor didática,
Eventos, atividades pontuais de impacto externo,
Que podem também ter resultado interno!

A Receita Federal nesse movimento de colaboração,

Em cumprimento da Resolução,
Cidadania Fiscal como Extensão
Nos cursos de graduação,
Conscientização sobre a função social do tributo,
Pode-se dizer: conceito absoluto!

Realizamos reuniões em cinco universidades,
Para tratar de variedades,
Incluída a Extensão Universitária,
Abordagem necessária,
Era o nosso ponto de planejamento,
Como principal elemento!

Convencer as instituições de ensino,
O qual eu defino
Como prioridade constitucional,
A Cidadania Fiscal
Da Receita Federal,
Estímulo à participação social!

Interação entre comunidade acadêmica com a coletividade,
É uma grande oportunidade
Para ampliar o conhecimento
E para o desenvolvimento
Do estudante universitário,

Que não é solitário, mas sim, solidário!

Os temas dos cursos de extensão em Cidadania Fiscal:

Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal;

Eu Sou Cidadão Solidário e Destinação do Imposto de Renda,

Para que a sociedade aprenda;

Organização da Sociedade Civil, dentre outros temas,

Que envolvem até os ecossistemas!

Na extensão universitária, há atividades de disseminação

Para estudantes dos ensinos médio e fundamental, com ações de interação,

Palestras, seminários, exposições, dentre outras ações,

Para que os estudantes tenham noções

De tributação e conheçam

Toda a dinâmica e assim cresçam!

Esclarecemos às universidades,

Que há variedades

De cursos de graduação,

Inclusive de Comunicação,

Direito e Economia,

Pedagogia e Sociologia!

É muita coisa para relatar,

Seria preciso um livro para destacar



A importância da Cidadania Fiscal

Da Receita Federal

Na Extensão Universitária,

Resumida de forma literária!

* * *

Segundo Lugar - Poesia:

Cléber Marcelo Fernandes Caetano

Chefe substituto da Equipe de despacho de exportação da Alfândega do Porto de Santos, ingressei na Receita Federal do Brasil em 1.993 e já trabalhei nas equipes de despacho de importação, trânsito aduaneiro e Nurep Atlântico.

DESAFO(U)RO

Me esmero para que o conto,
Que, em versos, trago pronto,
Feito um gole de aguardente,
Possa agir em tua mente,
Germinando, a meu convite,
Da leitura, teu – honroso – apetite.

Impossível é um conceito
Que, para o cais, não leva jeito.
Mas se tu ainda duvidas,
Para tudo e a prosa finda.
Te entranhas nessa história
Cuja trama me apavora:



I - PROSPECÇÃO

Porto de Santos-SP, dezembro de 2024

Se o lembrar cá não me falha,
Ao além-mar torrão de Itália,
Exportação de carvão ativado
Era, então, o que estava declarado.
Aduaneiro em viço, à luz desconfia:
- Que isso! Credo em cruz, Ave Maria!

O auditor bastante arisco,
Calculou avante o risco:
- Esse trem tá muito estranho!
- Eu, contudo, não me asselho.
- Cessa a gula e o alvoroco,
- Nesse angu vai ter caroço!

Preferiu jogar com as brancas
E fingiu se postar na retranca.
Movimentos assaz estudados
De um porvir jamais sussurrado.
No tear daquele embate,
Foi tecendo o xeque-mate.

Mas a ele faltava perícia
Para ressecar da carga a malícia.
Decidiu, de bom gosto, pedir um laudo,
Cujo preposto engenheiro fidalgo
Recorreu a um laboratório.
O que se deu, a ti eu informo:

II - LAVRA

O carvão estava mesmo ativado,
Contudo e sem razão, viajava acompanhado,
E, por pouco, não caiu no choro
Quando apartaram de si tanto ouro.
Vacilou por julgar que oculto
Driblaria um fiscal tão astuto.

Que numa jogada de mestre,
Ungida por fadas terrestres,
Apreendeu cinco quilos de ouro.
E de ombros deu para o tal desaforo,
Já absorto n'outra folia,
Pois no Porto é assim todo dia.

Elemento atômico Setenta e Nove,
Atado à sua poção, meio mundo se move.
Trancado em cofres, cantado em Raul (*)
Ornando altares, pessoas comuns,
Serra Pelada, "Goldenville", "El Dorado"
É o ouro, rapaziada: tão bravio quanto buscado!

Por não se lembrar de catiça,
Exportador correu logo à justiça.
E para embarcar o metal em excesso,
Entupiu um juiz de processo,
Que, de mão, mandou tudo ao tacho:
- Esse auto, eu assino embaixo!

Do ramo, lhe faltou foi bagagem,
Pensando fugir tal passagem
Dos olhos e faro certeiro
Do “Grande Irmão Aduaneiro”,
Que, em contraste ao da literatura (**),
A tudo vigia, mas não manipula.



III - BENEFICIAMENTO

Na sextilha em que o conto termina,
Antepondo o cerrar das cortinas,
Um realce de especial elogio
À elevada Receita Federal do Brasil!
“Quanto mais purpurina melhor!”
(Salve Gil! Saudades de Belchior...)

* * *

(*) Ouro de Tolo (Raul Seixas)
(**) 1984 (George Orwell)

Nota do autor:

No apagar das luzes de 2024, a Receita Federal do Brasil desfilou uma reluzente ação fiscal que sacudiu o já frenético cais santista, ao interceptar 5 kg de ouro diluídos em 15 toneladas de carvão ativado, numa exportação destinada à Itália.

Fruto inconteste da eficiente administração tributária e aduaneira, concebido, gestado e parido pelas equipes de pesquisa, gestão de riscos e despacho que, somadas a tantas outras sob o guarda-chuva da RFB, compõem a maior e mais profícua rede de inteligência natural do Estado Brasileiro.

Terceiro Lugar - Poesia:

João Batista da Silva Machado

Assistente Técnico-Administrativo da RFB. Ingressou na Receita Federal em junho de 2015. Chefe da Agência da Receita Federal em Cruz Alta, RS.

Cidadania Fiscal: Um universo, vários versos

Será que o cidadão precisa de atenção?
Levante agora a mão quem achar que não.

É por isso que nessas linhas vim
Para dizer que é importante, sim.

Para que a tua informação se complete,
Veja ali mesmo no site da internet:

Entra no site da Receita Federal, de imediato
E procura por “Cidadania Fiscal”, de fato.

Vá no box “Cidadania Fiscal” e clica.
Não tem erro, é só seguir a dica.

Tem um texto muito bem escrito,
Que em parte eis que aqui eu cito:

“Se você deseja participar de uma sociedade mais justa, está no lugar certo”
Viste? Já estás com o site aberto.

Agora role para baixo a barra
(É mais fácil que ouvir guitarra).

Lá tem o NAF, a Campanha de Destinação do Imposto de Renda pra te apresentar;
Conheça Nossa Aduana, Extensão Universitária e Cidadania Fiscal no
Currículo Escolar.

Para o cidadão:

A compreensão
Quanto aos direitos e deveres
Relacionados à tributação;
A participação ativa gregária
Na construção de sociedade mais justa e solidária;

A conscientização
Aos contribuintes
Da função
Socioeconômica dos tributos;

A divulgação
Do papel da Receita
Como agente fundamental verdadeiro
Ao provimento de recursos para o Estado Brasileiro.

Mais um grande trabalho da Receita Federal:
O excelente programa Cidadania Fiscal.

* * *

Menção Honrosa - Poesia:

Gediel Pinheiro de Sousa

Analista Tributário. Ingressou na Receita Federal em 1993. Trabalhou na Alfândega do Porto de Manaus (1993 a 1997), na Alfândega do Aeroporto de Manaus (1997 a 2010), na Delegacia da Receita Federal de Maceió/AL (2010 a 2024) e atualmente está na Alfândega do Aeroporto de Manaus.

Homenagem a Deco e Odin

Narro a trilha desses "cãespanheiros",
Uma história rica em feitos heroicos,
De lendas vivas e dignas de orgulho:
Deco, um pastor-belga Malinois,
Odin, um pastor-alemão capa preta,
Adestrados no templo da excelência:
O Centro Nacional de Cães de Faro.
A cadência do passo é um entra e sai —
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, a casa cai.

Odin de Vitória, Deco de Guarulhos,
A equipe K9 desbrava os Trópicos.
Agentes caninos a serviço do mundo,
Sob o comando de Bob e memória de Bronco.
Em barcos, balsas, sítios, florestas,
Correios, zonas de portos e aeroportos —
Onde quer que haja o cheiro de festa,



Os protagonistas vasculham a praça.
Com Deco e Odin, não há querubim
Que elimine o sinal dos fantasmas.

Uma história de trato, de tato e afago
Entre patas e mãos, cuidado e atenção.
Carinho e amizade, beijos e abraços —
Equipe K9 é uma catedral de emoção.
Heróis de carne e osso da vida real:
Basta a coleira, o amigo, o colete e a guia
Para aflorar a epifania da diversão.
Essa dupla pinta e borda nos pátios —
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, há droga no vácuo.

Com os olhos às cegas, o olfato vagueia —
É o faro que sente a fragrância no ar.
Sejam corpos, borracha, aço ou madeira,
Recantos secretos em cargas ou eiras.
Se binga, o amigo decifra a leitura,
Responde com bola e o gesto é loucura.
O rol de segredos já não tem graça —
É tremura de alvo à beira do laço.
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, o filme é sem máscara.

Se um latir colorido realça a pupila
E acende uma pilha de adrenalina,
O olhar inclemente do cão aniquila
O sonho dourado do narcotráfico.
Bagulho em apuro é um conto sádico —
Basta desvelar a prova insuspeita
No fundo falso da malandragem
Para mulas caírem de cara na teia.



Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, a sentença é cadeia.

Vejam só essa do Deco no aeroporto:
Três caixas térmicas com polpa de buriti —
Bingo! Recheio no suco daquele artista.
Já Odin saltou da lancha para o barco —
Em trinta segundos: droga à vista!
Ponta de lança no escuro da ilicitude,
Merros ladrões de sonhos sonâmbulos.
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, a chuva é de tombos.

A história é de jogo contra o tráfico:
Quase uma tonelada de cocaína,
Quinze ou mais de drogas sintéticas,
Além de cannabis, haxixe e cédulas.
Prisões que alcançam centenas —
Em cada batida, um bolso esvazia.
Na cadeia alimentar da traficância,
Uma relação simbiótica cão-condutor.
Com Deco e Odin, não há pista falsa;
Se emitem o sinal, o som toca a valsa.

Amigos fiéis, cem por cento imparciais,
Indiferentes a valores e quantitativos,
Fizeram desta casa uma grandiosidade.
Juntam-se doravante ao panteão dos imortais,
Onde moram Bronco, Noris, Chap e Rosi.
Somos-lhes gratos, amigos incansáveis,
Pela coragem, altruísmo e sensibilidade.
Alçamos seus “aus” ao grito em neon:
Deco e Odin, não há quem se esqueça —
Seus feitos são tochas que inflam o peito.

